

DA IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA LITERÁRIA NA FORMAÇÃO DO LEITOR

Professora Marina Coelho Moreira César

A não ser em casos muito específicos de comunidades sem escrita (ágrafas), extremamente isoladas, que praticamente nunca tiveram contato com o mundo exterior, não há comunidade de falantes que não reconheça a importância do aprendizado da leitura e da escrita para o seu desenvolvimento. A despeito dessa consciência, no entanto, não é raro o professor de língua materna, no dia-a-dia escolar, deparar-se com o que considera um certo desinteresse, uma certa indiferença e até mesmo uma certa rejeição aos estudos da língua materna por parte do aluno.

Perplexo e bastante preocupado com essa situação, o professor se indaga: como despertar no aluno a consciência de que a língua é um bem cultural intrínseco à sua identidade? como fazê-lo compreender que a ampliação do seu saber lingüístico está intimamente comprometida com a descoberta de novos horizontes para compreender o mundo e, principalmente, a si próprio? como levá-lo a refletir sobre o seu uso lingüístico, desenvolvendo a sua capacidade criativa e aprimorando a sua competência lingüística? como desenvolver-lhe o gosto pela leitura e quebrar a resistência (ou temor) em escrever, de maneira geral, e mesmo em falar, especialmente em situações mais específicas, ou mais formalizadas, como na exposição oral de suas idéias diante de seus colegas, apresentando um trabalho, por exemplo? como intervir nas suas aulas, removendo os entraves que, mesmo depois de tantas propostas e reformulações pedagógicas, continuam dificultando o ensino de Língua Portuguesa, comprometendo-lhe a eficiência?

A verdade é que, conquanto o desenvolvimento dos estudos lingüísticos, principalmente nas últimas

Os poemas

*Os poemas são pássaros que chegam
não se sabe de onde e pousam
no livro que lê.*

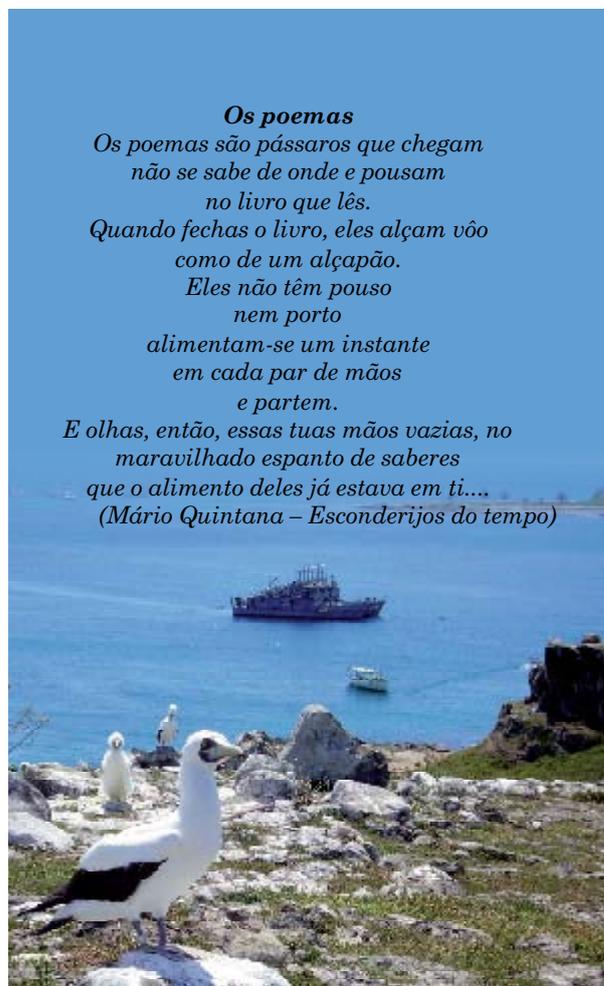
*Quando fecha o livro, eles alçam vôo
como de um alçapão.*

*Eles não têm pouso
nem porto*

*alimentam-se um instante
em cada par de mãos
e partem.*

*E olhas, então, essas tuas mãos vazias, no
maravilhado espanto de saberes
que o alimento deles já estava em ti...*

(Mário Quintana – Esconderijos do tempo)



décadas, tenha avançado bastante, as práticas de ensino na sala de aula, infelizmente, não têm mudado substantivamente. Pesquisas variadas, com dados precisos e mais detalhados, com indicadores de região, idade, classe social, entre outros, dão-nos conta de que esse ensino continua bastante insatisfatório, não conseguindo atingir o seu objetivo maior: ampliar a competência lingüística dos alunos, levando-os a refletir sobre a língua e tornando-os leitores e produtores eficientes de textos.

É ainda bastante comum estudar-se a língua materna segundo uma perspectiva prescritiva, centrada em uma metalinguagem gramatical que nem sempre é muito bem compreendida pelos estudantes e que acaba limitando os processos lingüísticos a simples unidades e fatos que necessitam de identificação e classificação, ignorando-se a análise de seu funcionamento, de seus usos. Privilegia-se o estudo de um sistema abstrato, onde exemplos soltos, frases artificiais, pré-fabricadas sob medida, só ganham vida nas páginas das chamadas gramáticas pedagógicas e dos manuais escolares, verdadeiras cartilhas, que o aluno acaba decorando para obter aprovação no final do ano letivo.

Os múltiplos e variados saberes, valores, culturas e histórias dos diversos grupos que compõem uma comunidade de fala, da qual faz parte tanto o professor quanto o estudante, são desconsiderados, e a comunidade de falantes é caracterizada como uma entidade monolítica, homogênea, uniforme que, ao se expressar, em qualquer circunstância, usa uma língua unitária, estável, perfeitamente acabada.

A falta de uma visão mais abrangente dos estudos lingüísticos, conjugada com a presença de uma perspectiva centrada em valores pré-estabelecidos, tem contribuído sobremaneira para que se reforcem falsas dicotomias, como a que situa linguagem poética ou estética e linguagem lógica ou científica em campos opostos. Refletindo uma concepção enraizada na civilização ocidental, que supervaloriza as ciências exatas em detrimento das ciências humanas (principalmente por influência do racionalismo de Descartes e do ideário positivista), as duas atividades de linguagem são consideradas compartimentos estanques, pólos diametralmente opostos, como se seus princípios fossem antinômicos, conflitantes, inimigos inconciliáveis, excludentes. O mundo da imaginação, da sensibilidade, sob essa perspectiva, contrapor-se-ia ao mundo da razão, da lógica analítica.

Por isso, até certo ponto, não é de surpreender o fato de o discente, às vezes, fazer comentários em que essa visão dicotômica se explicita e, ademais, um forte viés preconceituoso e depreciativo se desvela: "Literatura é chato"; "Poesia é para moças". "Homem não lê poesia, romance, essas coisas...". Não sendo devidamente orientado, ao longo do processo escolar, para a dialética profunda que existe entre racionalismo e sensibilidade, "O Binômio de Newton é tão belo como a Vênus de Milo / O que há é pouca gente para dar por isso", como destaca Álvaro de Campos (1986:343), um dos heterônimos de Fernando Pessoa, o estudante acaba por desvalorizar dois universos: o literário e o feminino.

Na verdade, tanto o discurso poético quanto o discurso lógico ou analítico (assim como o discurso retórico e o discurso dialético) têm a mesma finalidade: são modalidades de que se servem os seres humanos para influenciar pela palavra os outros seres humanos. Porém, enquanto o primeiro se circunscreve no âmbito do possível, dirigindo-se à imaginação, à representação, obtendo a sua credibilidade em razão de o interlocutor aguçar o seu juízo crítico e deixar-se participar do mundo de percepções, evocações e sentimentos do poeta, o segundo se preocupa em

provar a veracidade das conclusões, a partir de premissas admitidas como indiscutivelmente certas pelo ouvinte ou leitor.

Chegar-se à racionalidade científica, ao conhecimento racional da verdade, sem passar pela intermediação da fantasia é impossível, "nada mais resolutamente metafórico do que a linguagem dos matemáticos ou a dos geógrafos" (Barthes, 2004:147). A experiência com o mundo das coisas, concretas ou não, demonstra que a construção do saber científico não pode prescindir da abertura da imaginação à imensidade do possível, do vir a ser:

A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá mas não pode medir seus encantos.

A ciência não pode calcular quantos cavalos de força existem nos encantos de um sabiá.

Quem acumula muita informação perde o condão de adivinhar: divinare.

Os sabiás divinam.

(Barros, 2002:53)



Sabiá: ave símbolo do Brasil

Para Moacyr Scliar, consagrado escritor da Academia Brasileira de Letras e médico, a fronteira que delimita literatura e ciência - terreno da imaginação, de um lado; terreno da lógica, de outro - é ilusória. Em recente entrevista, confidencia que sua literatura se beneficiou bastante da leitura de textos científicos e que, na realidade, as humanidades, quer dizer, a literatura, a língua, a filosofia e a arte, não podem prescindir do rigor lógico da ciência, assim como a ciência não pode abdicar da flexibilidade, da liberdade de imaginação que resulta da prática humanística:

Acho que o texto científico prima pela objetividade, pela concisão e pela precisão. Essas qualidades, paradoxalmente, ajudam muito no texto literário. A escrita de um texto ficcional não necessariamente rejeita essas qualidades que caracterizam o texto científico. Não existe aquilo, que no passado se falava. De duas culturas separadas: a literária e a científica.

(Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamphoje/ju/maio2004>>. Acesso em: 3 fev. 2007)

A imaginação é a ponte que une o conhecimento sensorial, que alarga as percepções e as formas de sentir e pensar o mundo, e o pensamento lógico; ela é essencial à vida humana. Todo conhecimento humano origina-

se dela, o que levou Croce a afirmar que, “se o homem não fosse animal fantástico, não seria também animal lógico”. No campo da linguagem propriamente dito, não se pode esquecer que a linguagem é a primeira manifestação específica do ser humano e é por seu intermédio que os seres conhecem o mundo e a si mesmos, transmitindo informações, exprimindo emoções, atuando sobre os outros, mantendo ou reforçando os laços sociais, etc. Como atividade intersubjetiva, dialógica, - “*poder falar e poder entender*” - ela é a forma necessária de manifestação do “pensamento”, tanto lógico, quanto poético e prático.

Circunscrita à sua realidade histórica, a linguagem, sem deixar de ser logos semântico (expressão significativa), traço constante e definidor da linguagem, nos atos lingüísticos, é também logos apofântico (expressão lógica), logos fantástico (expressão poética) e logos pragmático (expressão prática), ou seja, qualquer expressão significativa (logos semântico), dependendo de uma orientação, de uma determinação particular, pode ser considerada sob qualquer uma destas três formas, pois que “as contém, as três, como indiferenciadas” (Coseriu, 1987:182).

A origem da linguagem poética (logos fantástico) se perde na vastidão de tempos imemoriais. Ela surgiu no momento em que o ser humano exerceu pela primeira vez sua capacidade de imaginar, de engendrar sonhos, de dar asas à fantasia, de criar novas palavras, novas realidades, novos mundos, muito diferentes do já conhecido. Os primeiros registros escritos de língua literária datam do século XV ou XVI a.C. No início, ainda ligados à oralidade, sob a forma de poesia, eram textos mais para serem recitados e ouvidos, nas praças, nos teatros, nos templos, nos salões, como a epopéia sânscrita *Maabárata*, que narra feitos de guerra; como os textos de cunho religioso (*Vedas, Antigo Testamento e Novo Testamento, Analectos, Tao Te King*) e como as obras de grandes escritores: Homero (*Ilíada, Odisséia*), Horácio (*Odes, Arte Poética*).

A preocupação com a gênese da poesia (linguagem poética) vem desde a antiga civilização grega. De acordo com Aristóteles (1973:445), primeiro filósofo a dedicar-se ao estudo do fenômeno poético, a poesia é fruto de duas causas naturais:

- a imitação (mimese) da ação (práxis), congênita no homem, pois ele é o que mais imita entre todos os seres viventes e é por imitação que ele aprende as primeiras noções, e

- o fato de os seres humanos se comprazerem no imitado, chegando a contemplar, com prazer, as

representações mais exatas das coisas que, normalmente, lhes causam repugnância, até as de cadáveres.

Assim, a imitação faz parte da natureza humana e a função de poeta (escritor), em virtude disso, é de especial relevância para a sociedade. Não é seu papel voltar-se para o passado e dedicar-se simplesmente a narrar o acontecido, o conhecido (isso é da competência do historiador), mas apontar para o futuro, enxergando “prenúncios”, “vendo e ouvindo inexistências”, “contemplando os restos” (Barros, 2001):

[...] não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em versos as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa), – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular. (Aristóteles, 1966:78)

O poeta, ainda segundo a visão aristotélica, é por excelência o fabulador, aquele que imita as ações e a vida, a composição dos atos; o que urde o mito, a trama dos fatos, a intriga, o primeiro e o mais importante elemento da tragédia. Não se trata, no entanto, de imitar copiando pura e simplesmente a realidade, refletindo-a como se fosse um espelho ou registrando-a como um mero retrato, uma fotografia, mas “interpretando a realidade através da representação literária ou ‘imitação’” (Auerbach, 1971:486), já que, ao ordenar os dados do mundo conhecido, o poeta faz operações que privilegiam, trazem à luz, iluminam certos aspectos do real, como o que passa despercebido, o que normalmente é desprezado, *as minudências*, enquanto outros são deixados de lado, em segundo plano, mantidos na sombra. “A mim interessam as coisas que normalmente ninguém valoriza. Porque o real está no escondido”, confessa Lya Luft.

Em outras palavras, há uma reorganização do real, integrado em uma estrutura de signos que já não reflete o mundo extralingüístico conhecido, mas uma realidade personalíssima, construída segundo a visão do poeta. O material bruto da realidade passa a elemento de composição de um sistema de signos, isto

é, a realidade numa obra de arte é efeito de linguagem. Na realidade poética, realizam-se todas as possibilidades da língua; “a literatura contém todos os saberes” (Barthes, 2004:118).

Dessa forma, ao expandir a experiência sensível e intelectual do discente, ampliando-lhe a informação estética e a competência discursiva, para que a sensibilidade criativa, aguçada pelo espírito crítico, seja desbloqueada, o professor estará libertando o aluno de uma visão limitadora, estreita, redutora sobre a língua, contribuindo para a construção de um mundo menos automatizado, menos padronizado, menos artificial, mais instigante, mais estimulante, mais humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. Poética. São Paulo: Abril, v. IV, 1973. p. 443-525. (Col. Os pensadores).

_____. Poética. Porto Alegre: Globo, 1966.

AUERBACH, Erich. Mimesis. São Paulo: Perspectiva, 1971.

BARROS, Manoel de. Livro sobre nada. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. Tratado geral das grandezas do ínfimo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BARTHES, Roland. O rumor da língua. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CAMPOS, Álvaro de. Poesias de Álvaro de Campos. In: PESSOA, Fernando. Obra poética. Rio de Janeiro: Aguillar S.A., 1986.

CARVALHO, Olavo de. Aristóteles em nova perspectiva. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

COSERIU, Eugenio. Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

CROCE, Benedetto. Logica come scienza del concetto puro. Bari: Laterza, 1971.

JAKOBSON, Roman. Questions de poétique. Paris: Seuil, 1973.

LUFT, Lya. Falar, calar. Veja. São Paulo: Abril, nº 36, 7 set. 2005, p.18.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. A lingüística e o ensino da Língua Portuguesa no Brasil: uma visão crítica. Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 29-30, p.43-56, 1º e 2º semestres de 2005.

